

Debates sintonizados com as preocupações da sociedade

Florestas, produção de alimentos, rumos da economia e consumo de drogas estiveram entre os temas que ocuparam os senadores no primeiro semestre legislativo

NO PRIMEIRO SEMESTRE de 2011, o Senado democratizou ainda mais o debate sobre alguns dos mais cruciais temas para a sociedade, como a reforma do Código Florestal, os rumos da economia e o aumento do consumo de drogas pela juventude. Como parte da diretriz de ampliar a interação do Legislativo com a sociedade, as comissões permanentes realizaram mais audiências públicas, inclusive em outras cidades, e criaram subcomissões para enfrentar assuntos que merecem tratamento especial.

Um dos debates mais acalorados ocorreu em torno da reforma do Código Florestal, tema de diversas audiências promovidas principalmente pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, (CMA). Os senadores puderam colher análises e contribuições de especialistas e representantes do governo e da sociedade civil sobre temas como o pagamento por serviços ambientais, áreas de proteção, reserva legal e preservação ambiental.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) enfatizou o aumento do consumo de alimentos por parte dos países emergentes, que vêm apresentando significativo crescimento econômico, e defendeu prioridade a uma maior produção de alimentos, sem necessariamente incorporar novas áreas de terra. Nessa mesma linha de aumento da produtividade, a Escola Superior de Agricultura (Esalq-USP) sugeriu a recuperação de áreas devastadas ou

degradadas e a instituição de formas de compensação para os produtores que preservarem os ecossistemas.

Obras da Copa

Os preparativos para que o Brasil sedie a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 também foram destaque. Preocupados com a envergadura das obras necessárias e com possíveis irregularidades nas licitações, os senadores criaram duas subcomissões para debater esses temas.

Na CMA, foi criada a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que vem promovendo audiências públicas com representantes das 12 cidades-sede da Copa de 2014. Já na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), foi criada a

Discussão foi democratizada por meio das redes sociais e de instrumentos interativos

Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. Em 7 de junho, a preparação da infraestrutura aeroportuária brasileira para a Copa e as Olimpíadas foi tema de uma grande audiência pública conjunta das comissões de Infraestrutura (CI); de Assuntos Econômicos (CAE) e Desenvolvimento Regional e das duas subcomissões.

As discussões sobre a construção do primeiro trem-bala brasileiro, promovidas pela Comissão de Infraestrutura, examinaram a necessidade da empreitada, pois senadores da oposição argumentaram que o país tem inúmeras outras prioridades em transportes e energia, por exemplo. A MP do



Marcos Veiga

trem-bala, no entanto, acabou sendo aprovada em Plenário.

Todas as atividades das comissões contam com transmissão da TV Senado e cobertura

jornalística da Agência Senado na internet, **Jornal do Senado** e Rádio Senado. Os cidadãos também participaram pelas redes sociais, e-mail ou telefone.

Cachoeira Pé da Serra em Barra do Garças (MT): novas áreas para produção podem mudar a paisagem

NA PÁG 2: ECONOMIA, CRACK E TV POR ASSINATURA NOS DEBATES

Vanessa quer regras para cosméticos da Amazônia 3

Projeto busca estimular instalação de indústria de cosméticos e fármacos na Amazônia, para aproveitar o potencial da região



Divulgação/

Senado entrou em recesso e hoje faz balanço do semestre 3

Alvaro espera mais adesões à criação da CPI do Dnit 3

Ao final do semestre, comissão convocou empresários para debate e ouviu queixas sobre a queda da produção e da competitividade do setor



Em 1984, a indústria gerava um terço dos empregos, mas hoje responde por apenas 17,4% dos postos de trabalho

Desindustrialização do país preocupa senadores da CAE

O SEMESTRE LEGISLATIVO terminou com audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o processo de desindustrialização. Conforme estudos feitos por instituições como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a participação do setor no produto interno bruto (PIB) caiu de 35,9% em meados da década de 1980 para 15,8% em 2011.

Na mesma audiência pública, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) revelou que as *commodities* já representam 71% das exportações brasileiras, levando a economia a um processo de "reprimarização", ou o

retorno a uma época caracterizada pela exportação de matérias-primas e de importação de produtos industrializados.

Outro efeito já identificado nos estudos é o desemprego na indústria, que gerava um terço dos postos de trabalho em 1984 e hoje emprega apenas 17,4% dos trabalhadores. O restante está distribuído pelos setores de serviços e agronegócios, que têm rota inversa, de crescimento.

Os representantes da indústria nacional fizeram sérias restrições às políticas de juros e câmbio e à carga tributária. Porém, segundo eles, o grande obstáculo à produtividade é a China.

Pesquisa da CNI, apresentada aos senadores da CAE durante o debate, revela que 45% das empresas que concorrem com a China no Brasil perderam participação no mercado. No cenário internacional, a situação não melhora, pois 67% daquelas empresas perderam seus clientes para os chineses.

Um dos setores que mais sofrem com a concorrência chinesa é o de vestuário, cujas importações cresceram 16 vezes desde 2003. Esse déficit na balança comercial entre os dois países resultou na perda de 200 mil novos postos de trabalho, que deixaram de ser criados este ano.

Senado investiga saída para enfrentar a epidemia de crack

A epidemia de *crack* que avança no Brasil ganhou destaque nos debates legislativos em 2011. Droga devastadora, o *crack* faz vítimas não só nas grandes cidades, mas também no campo. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) criou a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros, que tem realizado audiências públicas com especialistas e representantes da sociedade civil organizada para debater prevenção às drogas, tratamentos, repressão policial, inserção social de dependentes e tráfico de drogas.

Na última audiência do primeiro semestre, por exemplo, os senadores ouviram da embaixadora da Suécia, Annika Markovic, explicações sobre como aquele país conseguiu diminuir o número de dependentes químicos tornando a legislação mais rígida, tanto no combate direto ao tráfico quanto nas punições aos usuários.

Em outras reuniões, pesquisadores e especialistas fizeram

questão de pontuar que a droga mais preocupante continua sendo o álcool. Por ser lícito e bastante difundido na sociedade, o álcool alcança todas as camadas sociais, aumentando os gastos com saúde e multiplicando as vítimas do trânsito.

Recordistas

As comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) continuaram a ser recordistas na realização de audiências públicas. A CE debateu temas como ampliação de investimentos e da oferta de vagas no ensino público, o Plano Nacional de Educação 2011-2020, financiamento educacional e valorização do magistério.

Por sua vez, a CDH cumpriu exaustiva agenda debatendo temas como desaparecidos durante a ditadura, redução da pobreza, combate à fome, questão carcerária, racismo, desigualdade social, autismo, acidentes de trânsito, deficientes visuais, indígenas, ciganos e violência nas escolas.



Embaixadora Markovic, com Wellington Dias, que preside a subcomissão

Mesmo muito debatidas, regras para TV por assinatura seguem sem consenso



Debate mostrou que telefônicas e setor de radiodifusão têm posições opostas

O projeto que regulamenta a exploração do serviço de TV por assinatura (PLC 116/10) contrapôs as empresas de telefonia ao setor de radiodifusão, em audiências públicas que reuniram as comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, unifica a legislação por todas as formas de TV por assinatura – além do cabo, a transmissão também pode ser feita via satélite ou micro-ondas.

Atualmente, operadoras de telefonia como Telefônica, Embratel e Oi não podem participar da TV a cabo, mas oferecem o serviço via satélite. A proposta ainda estabelece cotas para a produção brasileira de audiovisual.

O setor de telefonia tem o apoio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que argumenta em favor da abertura do mercado com a esperança de que a ampliação da oferta do serviço possa melhorar a qualidade e reduzir os preços cobrados ao consumidor.

A Agência Nacional do Cinema (Ancine) também defende a medida por entender que esse poderia ser o marco regulatório que acabaria com a insegurança jurídica do setor.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

* Licenciados

Em recesso, Senado faz hoje balanço do semestre

Por duas semanas, Comissão Representativa tem a atribuição de se manifestar sobre questões urgentes. Ouvidoria continua funcionando

O SENADO ESTÁ oficialmente em recesso, já que, sem quórum, não houve a sessão plenária não deliberativa prevista para ontem. A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, informou que hoje, às 15h, divulgará o balanço com a produção legislativa do semestre.

Claudia Lyra lembrou que, apesar de haver recesso para os parlamentares, a parte técnica do Senado continua trabalhando, como a área administrativa, a Secretaria-Geral da Mesa e os gabinetes, entre outros serviços da Casa. E, para os assuntos urgentes, que não podem aguardar o retorno das atividades parlamentares, há a Comissão Representativa. A comissão atuou, por exemplo, no último recesso, quando houve a tragédia das chuvas com deslizamentos de terra no Rio de Janeiro, no início do ano.

– A Constituição federal é sábia, há a necessidade de os parlamentares irem aos seus

estados, conhecerem a necessidade de seus estados de forma mais sistematizada – explicou, salientando que todos os parlamentos entram em recesso.

Apesar de o intervalo ser necessário para a atuação dos parlamentares junto ao seu eleitorado, os recessos aos poucos vêm sendo encurtados por emendas constitucionais. Hoje são menos de 15 dias em julho. O recesso de fim de ano também tem hoje um período menor, de 22 de dezembro a 2 de fevereiro.

Para o próximo semestre, o Senado examinará projetos importantes como os que integram a reforma política, a proposta de emenda à Constituição que altera o rito das medidas provisórias (MPs), a reforma do Código Florestal, o Orçamento e o plano plurianual (PPA), apontou Claudia Lyra.

A Comissão Representativa, prevista no artigo 58 da Constituição, se manifesta em relação

Comissão Representativa

De 19 a 31 de julho, os seguintes congressistas estão escalados:

Senadores titulares

José Sarney (PMDB-AP), Marinor Brito (PSOL-PA), Lindbergh Farias (PT-RJ), Magno Malta (PR-ES), Acir Gurgacz (PDT-RO), Renan Calheiros (PMDB-AL), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Gim Argello (PTB-DF)

Senadores suplentes

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Alvaro Dias (PSDB-PR), Eptácio Cafeteira (PTB-MA) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)

Deputados

PT – Márcio Macêdo (SE), Policarpo (DF) e Vicentinho (SP); PMDB – Geraldo Resende (MS) e Mauro Benevides (CE); PSDB – Duarte Nogueira (SP) e Eduardo Gomes (TO); PP – Márcio Reinaldo Moreira (MG); DEM – Professora Dorinha Seabra Rezende (TO); PR – Ronaldo Fonseca (DF); PSB – Edson Silva (CE); PDT – Reguffe (DF); PPS – Arnaldo Jardim (SP); PTB – Paes Landim (PI); PSC – Andre Moura (SE); PCdoB – ainda não indicou seu representante; PRB – Ricardo Quirino (DF)

a temas que não podem aguardar a retomada dos trabalhos legislativos. Seus integrantes têm poderes para atuar em matérias como leis cujo prazo se encerre durante o recesso; quando o Brasil precisa se manifestar

sobre ato internacional ou com prazo limitado; ou ainda sobre projetos de lei com propostas de créditos adicionais ao Orçamento vigente, com parecer da Comissão Mista de Orçamento (CMO), por exemplo.

Ouvidoria continua a atender cidadão

Apesar do recesso parlamentar, a Ouvidoria do Senado funcionará normalmente para registros de sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias.

Qualquer cidadão pode se manifestar junto à Ouvidoria, inclusive os servidores da Casa. O contato pode ser pelo Portal da Ouvidoria (www.senado.gov.br/ouvidoria); por carta para o Senado (Praça dos Três Poderes, Anexo 2, bloco A, térreo, Brasília (DF), CEP 70.165-900); por formulários da Ouvidoria; ou por telefone. Neste caso, deve-se ligar para o Alô Senado (0800 612211) e escolher a opção “Fale com a Ouvidoria”. Todas as mensagens serão respondidas em até 30 dias.

Visitações turísticas ao Congresso seguem normalmente

O Congresso Nacional continuará aberto a visita durante o recesso parlamentar, de hoje a 31. Quem pretende conhecer a Câmara e o Senado poderá fazê-lo todos os dias, inclusive nos fins de semana, a partir das 9h30. As visitas, gratuitas, são encerradas às 17h.

A cada 30 minutos, um grupo é levado por um guia pelos salões e Plenários de ambas as Casas. No Senado, eles também visitam o chamado Túnel do Tempo, corredor com painéis que explicam os momentos mais marcantes do Legislativo, reinaugurado em maio.

Turistas estrangeiros que de-

sejarem o acompanhamento de guias que falem inglês ou espanhol podem solicitar o serviço com antecedência, por meio da página da visita institucional do Senado. É recomendável também o agendamento quando o visitante tem necessidades específicas, como no caso de pessoas com deficiência.

Grupos com mais de 15 pessoas também devem marcar a visita com antecedência para um atendimento adequado. É recomendado que os turistas confirmem por telefone, pois pode haver algum impedimento e as visitas serem suspensas. Apenas em caso de força maior,

o acesso a ambas ou a uma das instituições é momentaneamente suspenso, reiniciando-se as visitas assim que possível.

Nos dias em que há traba-

lho parlamentar nas Casas, não é permitida a entrada de visitantes trajando shorts, bermudas, calças “capri” ou “corsário”, camisetas sem man-

gas ou chinelos. Essas restrições não se aplicam a crianças até 12 anos.

No primeiro semestre de 2011, o Senado recebeu 91.450 visitantes, numa média de 15 mil por mês. Foram 2.700 visitantes estrangeiros durante o período, principalmente dos Estados Unidos, França e Alemanha. Em 2010, 181.618 turistas brasileiros e estrangeiros conheceram as dependências da Câmara dos Deputados e do Senador Federal.

Galeria do Túnel do Tempo foi reinaugurada em maio, com novos painéis e mais informações



Ann Volpke/Senado Federal

Para Alvaro, novas denúncias podem criar CPI do Dnit



Genardo Mugello/Senado Federal

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que as novas denúncias de irregularidades no

Ministério dos Transportes e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) podem fazer com que mais senadores assinem o pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). Até agora, a oposição já conseguiu 23 das 27 assinaturas necessárias para que seja instalada a comissão.

– Esses fatos novos dos últimos dias certamente haverão de convencer alguns relutantes de que devem assinar essa CPI por uma questão de dignidade – declarou o senador, que disse que o governo não tem mais condição “política e moral” para impedir a instalação da CPI.

Projeto de Vanessa define biocósmico amazônico

Produtos com a indicação do termo “biocósmico amazônico” serão obrigados a ter em sua fórmula, no mínimo, 10% das substâncias provenientes da fauna e flora da região ou componente elaborado com essas matérias-primas. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado 426/11, apresentado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) no último dia 14.

Além da indicação geográfica protegida para o biocósmico amazônico, o projeto cria a contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a fabricação de biocósmico amazônico (Cide-Biocósmicos) e zera as alíquotas

de PIS-Pasep e Confins para as indústrias de cosméticos que se instalarem na região.

A proposta define biocósmico amazônico como o produto cosmético, de higiene pessoal ou de perfumaria que utiliza em sua fórmula matéria-prima da região. Pelo texto, produtos com essa indicação deverão conter informações que comprovem a obtenção e o uso de matéria-prima amazônica em sua formulação.

Conforme explica a senadora,

“todo o potencial natural amazônico pode e deve ser utilizado para gerar emprego e renda às populações locais”. Para isso, ela propõe que as indústrias de higiene pessoal e beleza sejam incentivadas a se instalar na Amazônia e agregar valor ao produto *in loco* ou, caso contrário, destinem à região parte dos lucros auferidos pelo uso, em seus produtos, de matéria-prima proveniente da fauna e da flora nativas.



Laboratório da Natura/Oliveira

A Natura, maior empresa de cosméticos do país, tem política de uso sustentável da biodiversidade

Walter Pinheiro será o relator do PPA 2012-2015



José Cruz/Senado Federal

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) é o novo relator do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, a ser

encaminhado pelo Executivo ao Congresso até 31 de agosto. Este ano, a proposta deverá vir acompanhada do projeto de lei orçamentária anual (LOA), elaborado a partir da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), aprovada no dia 13.

Walter Pinheiro irá substituir a senadora Gleisi Hoffmann, que assumiu a Casa Civil da Presidência. O relator-geral da LOA 2012 será o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo. Estabelece diretrizes, objetivos e metas para os projetos e programas de longa duração, para o período de quatro anos.